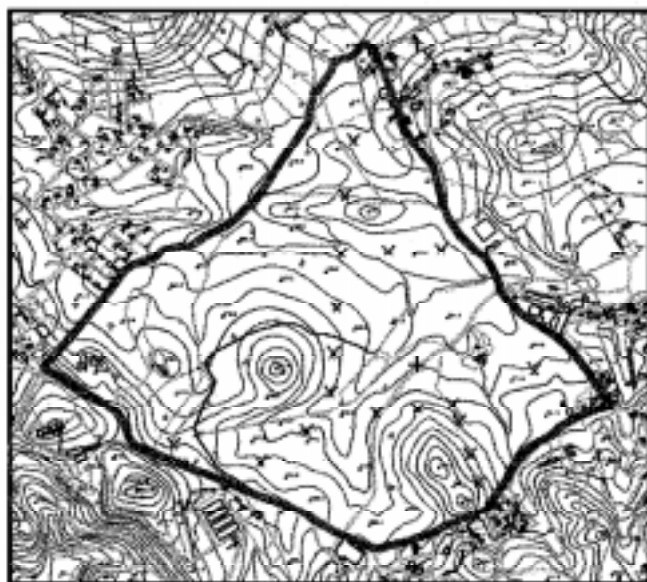


possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, devendo estas ser remetidas para a Câmara Municipal de Sintra — Gabinete de Planeamento Estratégico, Praça de D. Afonso Henriques, 2710-520 Sintra, dentro do prazo de 30 dias úteis contados da última publicação do presente aviso.

O prazo de elaboração do Plano de Urbanização é de 12 meses, contados a partir do final do prazo para formular sugestões e apresentar informações.

E para constar mandei publicar este aviso e outros de igual teor nos locais habituais, no *Diário da República*, 2.ª série, e ainda em dois jornais de expansão local e num de expansão nacional, conforme dispõe o artigo 149.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

4 de Dezembro de 2000. — A Vereadora, com competências delegadas pelo despacho n.º 33-P/2000, de 15 de Maio, *Paula Alves*.



### Plano de Urbanização da Área de Desenvolvimento Turístico do Vale de Almornos

**Aviso n.º 709/2001 (2.ª série) — AP.** — Deliberação de elaboração do Plano de Urbanização do Espaço Envolvente ao Parque de Ciência e Tecnologia da Região de Lisboa (Campus Universitário da Universidade Católica Portuguesa) e fixação do prazo para formulação de sugestões e apresentação de informações, nos termos dos artigos 74.º, n.º 1, e 77.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Nos termos do artigo 74.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, publicita-se que a Câmara Municipal de Sintra deliberou, na sua reunião ordinária de 25 de Junho de 1997, a elaboração do Plano de Urbanização do Espaço Envolvente ao Parque de Ciência e Tecnologia da Região de Lisboa (Campus Universitário da Universidade Católica Portuguesa), abrangendo a área territorial delimitada na planta anexa a este aviso, que dele faz parte integrante e aqui se dá por inteiramente reproduzida.

Do estabelecimento do Protocolo n.º 23/97, entre a Câmara Municipal de Sintra e a Universidade Católica Portuguesa, decorreu a necessidade de elaborar o Plano de Urbanização do Espaço Envolvente ao Parque de Ciência e Tecnologia da Região de Lisboa (Campus Universitário da Universidade Católica Portuguesa).

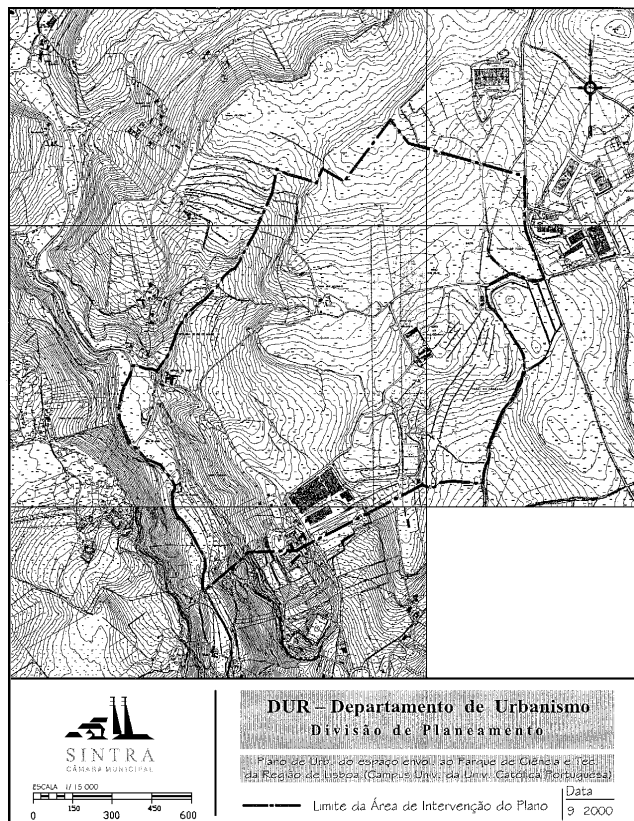
O Plano tem como objectivo concretizar um espaço qualitativamente desenvolvido, com uso terciário dominante e indústria de acompanhamento e onde serão integradas actividades de ensino, investigação e desenvolvimento, desporto, turismo, lazer, saúde, bem como usos de habitação, pretendendo criar uma diversidade e equilíbrio urbanístico no desenho e estrutura urbana proposta, diversificando os modelos e densidades residenciais, garantindo com isso tecidos urbanos socialmente equilibrados e animados.

Nos termos do artigo 77.º, n.º 2, do citado diploma legal, torna-se também público que, considerando o direito à participação dos interessados, podem ser formuladas sugestões, bem como apresentadas informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, devendo estas ser remetidas para a Câmara Municipal de Sintra — Departamento de Urbanismo — Divisão de Planeamento, Praça de D. Afonso Henriques, 2710-520 Sintra, dentro do prazo de 40 dias úteis, contados da última publicação do presente aviso.

O prazo de elaboração do Plano de Urbanização é de 24 meses, contados a partir do final do prazo para formular sugestões e apresentar informações.

E para constar mandei publicar este aviso e outros de igual teor nos locais habituais, no *Diário da República*, 2.ª série, e ainda em dois jornais de expansão local e num de expansão nacional, conforme dispõe o artigo 149.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

4 de Dezembro de 2000. — A Vereadora, com competências delegadas pelo despacho n.º 33-P/2000, de 15 de Maio, *Paula Alves*.



**Aviso n.º 710/2001 (2.ª série) — AP.** — Deliberação de elaboração do Plano de Pormenor de Abrunheira Norte e fixação do prazo para formulação de sugestões e apresentação de informações, nos termos dos artigos 74.º, n.º 1, e 77.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Nos termos do artigo 74.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, publicita-se que a Câmara Municipal de Sintra deliberou, na sua reunião ordinária de 27 de Maio de 1998, a elaboração do Plano de Pormenor de Abrunheira Norte, abrangendo a área territorial delimitada na planta anexa a este aviso, que dele faz parte integrante e aqui se dá por inteiramente reproduzida.

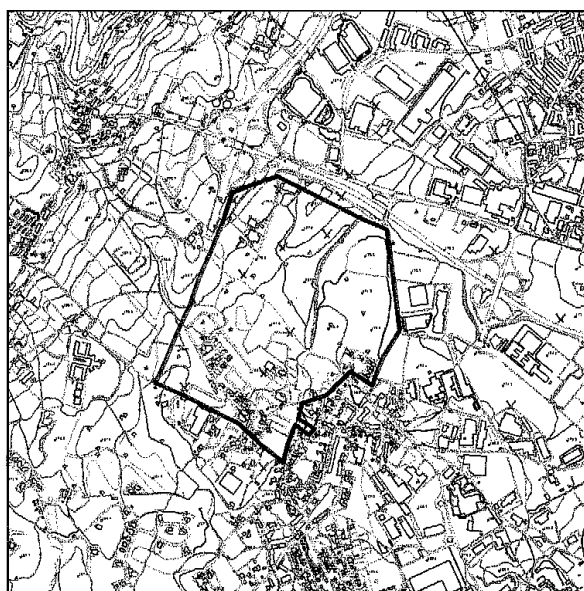
O Plano de Pormenor orienta-se na obtenção de um conjunto de objectivos gerais e específicos dirigidos à compatibilização de propostas com origem no Plano Director Municipal, adequação da mobilidade e acessibilidades aos sectores territoriais e de actividades múltiplas da Abrunheira, integrar intenções de investimento com origem na iniciativa pública e privada, assegurar adequada estruturação das redes urbanas, garantir o enquadramento de áreas de génese ilegal, assegurar o projecto de valorização ambiental do sistema hídrico configurado pela ribeira de Caparide-Manique, assegurar direito à utência de equipamentos colectivos, obter extensão da qualidade paisagística e cenarização da Serra de Sintra,

Nos termos do artigo 77.º, n.º 2, do citado diploma legal, torna-se também público que, considerando o direito à participação dos interessados, podem ser formuladas sugestões, bem como apresentadas informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, devendo estas ser remetidas para a Câmara Municipal de Sintra — Gabinete de Planeamento Estratégico, Praça de D. Afonso Henriques, 2710-520 Sintra, dentro do prazo de 30 dias úteis contados da última publicação do presente aviso.

O prazo de elaboração do Plano de Pormenor é de 12 meses, contados a partir do final do prazo para formular sugestões e apresentar informações.

E para constar mandei publicar este aviso e outros de igual teor nos locais habituais, no *Diário da República*, 2.ª série, e ainda em dois jornais de expansão local e num de expansão nacional, conforme dispõe o artigo 149.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

4 de Dezembro de 2000. — A Vereadora, com competências delegadas pelo despacho n.º 33-P/2000, de 15 de Maio, *Paula Alves*.



0 400 m 800 m 1200 m 1600 m 2000 m

## Plano de Pormenor de Abrunheira Norte

ESCALA 1:25 000

**Aviso n.º 711/2001 (2.ª série) — AP.** — Deliberação de elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Bela Vista e fixação do prazo para formulação de sugestões e apresentação de informações, nos termos dos artigos 74.º, n.º 1, e 77.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Nos termos do artigo 74.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, publicita-se que a Câmara Municipal de Sintra deliberou, na sua reunião de 9 de Agosto de 1995, a elabora-

ção do Plano de Pormenor da Quinta da Bela Vista, abrangendo a área territorial delimitada na planta anexa a este aviso, que dele faz parte integrante e aqui se dá por inteiramente reproduzida.

A elaboração do presente Plano de Pormenor teve em conta a necessidade de requalificar o tecido urbano envolvente da Quinta da Bela Vista, assegurando um desenvolvimento urbanístico integrado com o intuito de disciplinar e ordenar a malha urbana, de forma a enquadrar e salvaguardar os valores edificados presentes, nomeadamente o conjunto urbano da Quinta da Bela Vista, estabelecendo disposições cautelares para novas edificações ou para transformação das existentes, arranjo de espaços livres e tratamento das envolventes naturais

Nos termos do artigo 77.º, n.º 2, do citado diploma legal, torna-se também público que, considerando o direito à participação dos interessados, podem ser formuladas sugestões, bem como apresentadas informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, devendo estas ser remetidas para a Câmara Municipal de Sintra — Departamento de Urbanismo — Divisão de Planeamento, Praça de D. Afonso Henriques, 2710-520 Sintra, dentro do prazo de quarenta dias úteis, contados da última publicação do presente aviso.

O prazo de elaboração do Plano de Pormenor é de 24 meses, contados a partir do final do prazo para formular sugestões e apresentar informações.

E para constar mandei publicar este aviso e outros de igual teor nos locais habituais, no *Diário da República*, 2.ª série, e ainda em dois jornais de expansão local e num de expansão nacional, conforme dispõe o artigo 149.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

4 de Dezembro de 2000. — A Vereadora, com competências delegadas pelo despacho n.º 33-P/2000, de 15 de Maio, *Paula Alves*.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE

**Aviso n.º 712/2001 (2.ª série) — AP.** — Torna-se público, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que a Câmara Municipal de Soure, em reunião de 22 de Fevereiro de 2000, deliberou mandar elaborar um plano de pormenor de uma área classificada, na sua quase totalidade, de acordo com o Plano Director Municipal, como urbanizável e de expansão, na localidade de Granja do Ulmeiro e Casal dos Galegos, estabelecendo para o efeito um prazo de 12 meses.